

## **REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA A PARTIR DO CURSO PARA PROFESSORES “EDUCA-AÇÃO AMBIENTAL”**

### **REFLECTIONS ON CONTINUING EDUCATION IN CRITICAL ENVIRONMENTAL EDUCATION BASED ON THE TEACHER TRAINING COURSE “ENVIRONMENTAL EDU-ACTION”**

Clayton Tôrres Felizardo<sup>1</sup>

Maria Beatriz Dias da Silva Maia Porto<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este estudo analisa as contribuições de um curso de formação continuada na Educação Ambiental Crítica (EAC) para a ressignificação das práticas pedagógicas e compreensões teóricas de docentes da Educação Básica. O curso “Educa-Ação Ambiental”, fundamentado nas Teorias Críticas e na Pedagogia Freiriana, foi desenvolvido como um produto educacional de Mestrado Profissional e estruturado em quatro oficinas pedagógicas. A metodologia adotada foi a Pesquisa-Ação, articulada à análise de conteúdo, com a participação de nove professoras dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Os resultados demonstram que, após o curso, as professoras expandiram sua concepção sobre a EAC, passando de uma visão conservacionista e fragmentada para uma abordagem sociopolítica e interdisciplinar. Além disso, relataram mudanças concretas na prática docente, como a adoção de metodologias ativas (exemplo: caminhada fotográfica e pesquisa-oral) e o uso de temas geradores na abordagem da EA em sala de aula. No entanto, desafios como falta de tempo para planejamento e apoio institucional insuficiente foram apontados como entraves à implementação dessas práticas. Conclui-se que formações continuadas embasadas na EAC potencializam a articulação entre teoria e prática, promovendo um ensino mais contextualizado, interdisciplinar e emancipatório.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental Crítica; formação continuada; prática docente; ensino interdisciplinar.

**ABSTRACT:** This study analyzes the contributions of a continuing training course in Critical Environmental Education (EAC) to the reframing of pedagogical practices and theoretical understandings of Basic Education teachers. The “Environmental Education-Action” course, based on Critical Theories and Freirean Pedagogy, was developed as an educational product for a Professional Master’s Degree and structured into four pedagogical workshops. The methodology adopted was Action Research, linked to content analysis, with the participation of nine teachers from the Final Years of Elementary and High School. The results demonstrate that, after the course, the teachers expanded their conception of EAC, moving from a conservationist and fragmented vision to a sociopolitical and interdisciplinary approach. Furthermore, they reported concrete changes in teaching practice, such as the adoption of active methodologies (example: photo walk and oral research) and the use of generating themes in the approach to EE in the classroom. However, challenges such as lack of time for planning and insufficient institutional support were highlighted as obstacles to the implementation of these practices. It is concluded that continued training based on EAC enhances the articulation between theory and practice, promoting more contextualized, interdisciplinary and emancipatory teaching.

**Keywords** Critical Environmental Education; continuing education; teaching practice; interdisciplinary teaching.

1. Mestre em Ensino em Educação Básica (UERJ)  
Professor Substituto da UERJ

E-mail: clayton.biologia@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3852929204048259>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0714-6016>

2. Doutora em Física (UFRJ)

Professora Associada da Uerj

E-mail: mbeatrizdmp@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3609646387054654>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9059-1953>

## INTRODUÇÃO

O fortalecimento da formação de professores educadores ambientais no Brasil teve início, notadamente, no fim da década de 1980, com a redemocratização do país, fato que impulsionou os estudos acadêmicos-científicos na temática ambiental e promoveu a inserção da Educação Ambiental (EA) como tema transversal nas políticas educacionais. A crescente preocupação com as questões ambientais e a influência de acordos internacionais, como a Conferência de Estocolmo de 1972 e a Agenda-21 da Conferência Rio-92, também tiveram papel importante na consolidação da EA para a educação formal e não formal.

Diversas legislações e iniciativas contribuíram para o desenvolvimento da EA no Brasil. A Lei n.º 6.938/1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA – (Brasil, 1981), e a criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) foram importantes na estruturação da gestão ambiental no país. Outro marco relevante foi o parecer n.º 819/1985 do Ministério da Educação (MEC), que evidenciou a interdisciplinaridade da Educação Ambiental (EA), seguido pela Constituição Federal, que incluiu a preservação ambiental em seu artigo 225 (Brasil, 1988).

A formação docente também foi fortalecida pelo parecer n.º 678/1991, que oficializou a EA no currículo da Educação Básica, e pela portaria n.º 2.421/1991, que ratificou estratégias para sua implementação. Nos anos 1990, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs – (Brasil, 1997) destacaram o Meio Ambiente como tema transversal, e a Lei n.º 9.795/1999 consolidou a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA – (Brasil, 1999). Mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC – (Brasil, 2017), embora sem muito aprofundamento e tecnicista em alguns aspectos, menciona a EA como componente curricular relevante.

Esses marcos legais elevaram a EA a um papel central na conservação ambiental e fomentaram diálogos entre professores e a sociedade. Segundo os PCNs (1997), a formação de educadores ambientais deve integrar conhecimentos sobre a problemática ambiental, habilidades para a pesquisa interdisciplinar e a reflexão sobre práticas pedagógicas.

Conferências, como a ECO-92 e a Rio+20, também contribuíram para popularizar debates sobre a crise socioambiental, ampliando a presença da EA em espaços educativos formais, não formais e informais. No Brasil, porém, não há até o presente um curso superior específico em EA, sendo a formação de educadores geralmente realizada em graduações com ênfase em Ciências Biológicas e Geografia, além de cursos de extensão e pós-graduação.

A formação continuada é essencial para atualizar docentes frente às demandas da EA. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – (Brasil, 1996) estabelece a formação inicial e continuada como responsabilidades das esferas públicas, enquanto documentos como a BNCC incentivam práticas interdisciplinares e contextualizadas.

Na Educação Básica, a EA deve fomentar práticas críticas e emancipatórias, contribuindo para que os discentes compreendam sua realidade socioambiental e intervenham de maneira transformadora. É fundamental superar barreiras entre escolas e universidades para promover um trabalho pedagógico coeso e democrático, no qual a EA possa cumprir seu papel como ferramenta educacional e política.

Por fim, destaca-se que a Educação Ambiental Crítica (EAC) dialoga diretamente com a formação docente e a atuação pedagógica, promovendo a interação entre teoria e prática. Essa perspectiva será abordada nas seções subsequentes deste estudo.

Diante desse contexto, o presente estudo buscou responder à seguinte questão: em que medida um curso de formação continuada em EAC pode influenciar as práticas pedagógicas e compreensões teóricas de docentes da Educação Básica? Para responder à questão mencionada, foi traçado como objetivo avaliar as contribuições do curso “Educação Ambiental” na ressignificação das práticas e teorias vigentes, explorando como a interdisciplinaridade e o caráter transformador da EAC podem ser integrados à prática pedagógica daqueles que fizeram o curso.

### **Educação Ambiental Crítica e as contribuições das Pedagogias Críticas em Educação**

A Educação Ambiental Crítica fundamenta-se nas Teorias Críticas, assumindo uma perspectiva transformadora que se distancia da abordagem tradicional de ensino. Diferente do modelo convencional, caracterizado por Loureiro (2006) como uma estrutura fragmentada e hierarquizada, a EAC propõe uma prática pedagógica que integra teoria e ação, buscando desenvolver consciência socioambiental e incentivar intervenções críticas na realidade.

Essa abordagem se ancora na Pedagogia Emancipadora de Paulo Freire (2019), ao compreender o estudante como sujeito ativo no processo educativo, capaz de problematizar a relação entre sociedade e natureza. Freire (2019) destaca a importância dos Temas Geradores como meio para conectar o ensino à realidade dos alunos, o que ressoa com a proposta da EAC de abordar as questões ambientais de forma contextualizada e crítica.

Além disso, a EAC diferencia-se da Educação Ambiental Conservadora, que se restringe a práticas tecnicistas e comportamentais (Layrargues, 2012). Enquanto a abordagem conservadora enfatiza mudanças individuais e adaptações ao meio, a EAC busca transformações estruturais ao questionar as desigualdades socioambientais e promover ações coletivas.

A adoção dessa perspectiva na escola exige interdisciplinaridade e participação ativa dos discentes, permitindo que os processos educativos sejam conectados às problemáticas ambientais reais e incentivem a mobilização social. A EAC busca promover uma práxis educativa comprometida com a transformação socioambiental. Loureiro (2011) afirma que essa abordagem constrói valores,

conceitos e habilidades que permitem uma atuação responsável de atores sociais no ambiente, fundamentando-se numa nova ética na relação sociedade-natureza. Assim, a EAC pode ser implementada em contextos educacionais formais, não formais e informais, exigindo a articulação de fundamentos teóricos e metodológicos.

Neste estudo, a Pedagogia Crítica de Paulo Freire (2019) dialoga com a EAC, defendendo uma Educação Emancipadora, baseada em Temas Geradores. Essa abordagem reconhece discentes e docentes como coautores do processo de ensino-aprendizagem, em que desconstruções e reconstruções teóricas conduzem à transformação social. Freire (2019, p. 134) destaca que os Temas Geradores propõem “dimensões significativas da realidade, cuja análise crítica permite reconhecer a interação de suas partes”. Esses temas emergem do contexto socioambiental dos atores envolvidos e são dinâmicos, modificando-se ao longo do tempo.

A articulação de uma educação emancipada exige que docentes e discentes contribuam equitativamente para identificar os Temas Geradores, conectando-os ao cotidiano escolar e ao entorno. A análise desses temas amplia a criticidade e propicia ações concretas em prol de um socioambientalismo. Freire (2019) enfatiza que essa metodologia conscientizadora insere os sujeitos em uma forma crítica de pensar e agir em seu mundo.

O amadurecimento de um olhar crítico sobre a realidade possibilita que os atores sociais se apropriem dos Temas Geradores, promovendo intervenções significativas em seu meio. Nesse contexto, o curso de formação continuada “Educação Ambiental”, já mencionado, foi estruturado com oficinas temáticas socioambientais interdisciplinares, buscando capacitar docentes da Educação Básica para implementar a EAC em suas salas de aula.

## MÉTODO

Para realização da pesquisa, foi adotada a Pesquisa-Ação como abordagem metodológica, uma vez que essa estratégia possibilita a integração entre teoria e prática, promovendo mudanças concretas no contexto investigado (Thiollent, 2011). Diferente de outras metodologias qualitativas, a Pesquisa-Ação não se limita à descrição dos fenômenos, mas busca intervir na realidade, permitindo que os participantes tenham um papel ativo no processo investigativo.

A escolha dessa abordagem se justifica pelo fato de que a Educação Ambiental Crítica exige um processo educativo dinâmico, em que professores e alunos possam refletir criticamente sobre suas práticas e transformá-las ao longo do curso (Freire, 2019). Segundo Thiollent (2011), a Pesquisa-Ação proporciona a construção coletiva do conhecimento, sendo particularmente adequada para investigações que envolvem práticas pedagógicas e processos formativos.

A proposta deste trabalho é analisar as contribuições do curso “Educação Ambiental” para professores da Educação Básica, composto por quatro oficinas pedagógicas sobre Educação Ambiental Crítica (EAC) e práticas docentes interdisciplinares.

Realizado remotamente via *Google Meet*, teve a participação de nove professoras atuantes no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio em escolas públicas e privadas. A divulgação do curso foi realizada em redes sociais em outubro de 2022, e o *Google Classroom* foi utilizado para hospedagem de materiais e a comunicação com as cursistas. As atividades foram desenvolvidas entre novembro e dezembro do mesmo ano. Observou-se que o número de inscrições foi superior ao de participantes que concluíram o curso. Esse fator provavelmente está relacionado ao período em que foi ofertada a formação, tendo em vista que, naquele momento, os docentes da Educação Básica estavam finalizando o ano letivo e lidando com as diversas demandas pedagógicas relacionadas ao trabalho docente.

O curso foi estruturado em quatro etapas: planejamento, implementação, coleta de dados e análise, buscando garantir que a participação das professoras cursistas fosse ativa em todas as fases. Durante os encontros, foram promovidos debates em grupo, análise de experiências e reflexões críticas, incentivando a formulação de estratégias para a inserção da Educação Ambiental Crítica no cotidiano escolar. Durante a fase de planejamento, foram elaborados materiais pedagógicos e definidos os instrumentos de coleta de dados. A implementação incluiu encontros semanais, discussão de temas e aplicação de atividades práticas.

A coleta de dados ocorreu por meio de questionários mistos e observação participante, permitindo uma análise detalhada das percepções e transformações das professoras ao longo do curso. Para a análise dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011), identificando categorias emergentes a partir dos discursos das participantes.

A pesquisa foi aprovada pela Plataforma Brasil (parecer n.º 4.909.230), e todos os procedimentos éticos foram respeitados. Antes e após o curso, questionários mistos foram aplicados via *Google Forms*, inicialmente para investigar o perfil, as percepções e as práticas pedagógicas das participantes. O questionário inicial explorou ainda conceitos prévios sobre EA, cidadania, interdisciplinaridade e práticas contextualizadas. Já o questionário final analisou impactos das oficinas e percepções sobre o curso e o material didático disponibilizado.

No que diz respeito à abordagem metodológica, o estudo foi guiado pelas bases da Pesquisa-Ação, tendo em vista a capacidade dessa metodologia de integrar os participantes em busca de soluções coletivas para problemas identificados na prática docente em EA. Conforme Thiollent (2011), essa metodologia promove a interação entre pesquisadores e participantes na resolução de problemas e análise crítica das ações. Os dados coletados foram analisados segundo a metodologia da análise de conteúdo de Bardin (2011), conforme já mencionado, com foco em critérios semânticos. As categorias identificadas emergiram das perguntas abertas dos formulários inicial e final, cujas perguntas e seus respectivos objetivos estão apresentados nos Quadros 1 e 2. A frequência dos discursos foi utilizada para identificar núcleos de sentidos, auxiliando na triangulação das respostas (Bardin, 2011).

**Quadro 1** – Perguntas e respectivos objetivos, contidas no formulário inicial aplicado às professoras antes da realização do curso

Questões	Objetivos
1 – Qual o seu segmento de atuação? ( ) Ensino fundamental II (anos finais); ( ) Ensino médio; ( ) Ensino fundamental II (anos finais) e Ensino médio.	Conhecer o segmento de atuação dos professores cursistas.
2 – Descreva, segundo as suas concepções, o que é a Educação Ambiental.	Investigar os conceitos prévios que as(os) docentes apresentam acerca da EA.
3 – Você acredita que discutir questões ambientais de forma crítica com seus alunos pode favorecer a formação de sujeitos capazes de tomarem decisões que permeiam essa temática? ( ) SIM ( ) NÃO	Verificar se os docentes consideram importante discutir criticamente questões relativas à EA e se isso contribui de alguma forma para a formação de sujeitos críticos no mundo.
4 – Você acredita que EA pode ter um papel transformador para a construção da cidadania do aluno? ( ) SIM ( ) NÃO	Analisar se o docente acredita no papel transformador da EA para o exercício da cidadania.
5 – De que forma você contextualizaria a EA com a realidade da(o) aluna(o)?	Investigar a prática docente de forma contextualizada em EA.
6 – Descreva, segundo as suas concepções, o conceito de interdisciplinaridade.	Investigar os conceitos prévios que as(os) docentes apresentam acerca da interdisciplinaridade.

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

As questões contidas no segundo formulário, aplicado após a realização do curso, visavam analisar o impacto das oficinas nas cursistas e nas suas práticas pedagógicas. O Quadro 2 traz as questões contidas no formulário final e o objetivo de cada uma delas.

**Quadro 2** – Perguntas e respectivos objetivos, contidas no formulário final aplicado aos professores após a realização do curso

Questões	Objetivos
1 – Você acredita que discutir questões socioambientais de forma crítica com suas(eus) alunas(os) favorece a formação de sujeitos capazes de tomarem decisões que permeiam essa temática? ( ) SIM ( ) NÃO	Verificar se, após as oficinas, as(os) docentes julgam importante discutir criticamente questões relativas à EA, e se isso contribui de alguma forma para a formação de sujeitos críticos no mundo.
2 – Você acredita que a EA pode ter um papel transformador para o desenvolvimento da cidadania da(o) aluna(o)? ( ) SIM ( ) NÃO	Analisar se, após as oficinas, a(o) docente alterou a sua percepção sobre o papel transformador da EA para o exercício da cidadania.
3 – De que forma você contextualizaria a EA com a realidade da(o) aluna(o)?	Investigar se, após as oficinas, a percepção sobre a prática docente de forma contextualizada em EA foi alterada.
4 – Você pretende inserir na sua prática pedagógica os conceitos, as ferramentas ou os instrumentos apresentados durante as oficinas? ( ) SIM ( ) NÃO	Observar a relevância das contribuições das oficinas para o fazer docente.
5 – Se disse “sim” na questão 4, quais contribuições poderiam ser utilizadas? Se disse “não”, justifique.	Investigar as contribuições do curso para as reflexões teórico-metodológicas.
6 – Como você avalia o material disponibilizado para as oficinas temáticas que foram realizadas? <sup>1</sup> Comente.	Investigar a percepção docente sobre a qualidade do material apresentado nas oficinas.

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

<sup>1</sup>O material didático disponibilizado aos cursistas está disponível em <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/740923>.

## Metodologia do desenvolvimento do Curso de Formação Continuada “Educa-Ação Ambiental”

O curso de formação continuada “Educa-Ação Ambiental”, produto educacional (PE) fruto de pesquisa realizada durante a realização do Mestrado Profissional em Ensino de um dos autores deste trabalho, tem como objetivo a formação de professores da Educação Básica, com atuação no segundo segmento do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, que atuam nas diversas disciplinas dos currículos, em Educação Ambiental Crítica. O curso foi estruturado em quatro oficinas pedagógicas, selecionadas com base em estudos prévios sobre os caminhos para a inserção da EA e EAC na escola.

As oficinas que compuseram o curso envolvem a construção de roteiros voltados à aquisição de conhecimentos, previamente selecionados para um dado contexto, de modo que as ações dos cursistas participantes são intrínsecas a esse processo, contemplando também as concepções teóricas (Paviani; Fontana, 2009). Dessa forma, as oficinas produzem conhecimentos práticos que possuem interseções com as teorias vigentes, promovendo uma interação dialógica entre a teoria e a práxis.

Os conteúdos trabalhados foram organizados considerando diretrizes curriculares, como os PCNs (1997) e a BNCC (2017), que são documentos que norteiam a prática pedagógica docente na Educação Básica, e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) preconizados pela Agenda-2030 da ONU. A dinâmica das oficinas permitiu a construção coletiva do conhecimento, considerando as experiências individuais de cada docente participante.

As oficinas abordaram temáticas como o histórico da EA no Brasil, interdisciplinaridade, problemáticas socioambientais e metodologias práticas. Cada oficina foi orientada para instrumentalizar as professoras participantes frente às demandas socioambientais e escolares, fomentando debates que pudessem levar a intervenções dentro e fora da escola, alinhadas à justiça socioambiental, conforme preconizado por Wollmann *et al.* (2014).

A primeira das oficinas foi dividida em duas partes. Uma das partes versava sobre a história da EA brasileira e a outra, sobre a EA e os currículos. Seu objetivo era trazer os marcos históricos da EA brasileira, evidenciando a sua consolidação. As atividades propostas às cursistas envolviam leituras, reflexões e conceituações, de forma a propiciar a compreensão das bases históricas legais da EA no Brasil.

Na segunda das oficinas, a temática abordada foi a conceituação da EA, incluindo a abordagem crítica. Mais uma vez houve leituras, reflexões e debates, incentivando a discussão sobre as diferentes possibilidades de abordagens e aplicações de EA no contexto da escola.

No terceiro encontro síncrono, no qual aconteceu a terceira oficina, dividida em duas partes, foi trabalhada com as cursistas a questão “A crise é ambiental ou civilizatória?” na primeira parte;

e, na segunda, a Agenda-2030 da ONU. A proposta era apontar, sobretudo, a importância da promoção da criticidade acerca das problemáticas socioambientais locais, regionais e globais, além de reconhecer a escola como local para os debates socioambientais vigentes. A Agenda-2030, preconizada pela ONU, foi apresentada às cursistas, sendo destacada a sua relação com o cotidiano e a escola de Educação Básica. As atividades propostas nessa oficina envolveram, além de leituras e reflexões, pesquisas em mídias sobre problemas socioambientais contemporâneos, conhecer o *site* na ONU Brasil, pesquisar os 17 ODS e suas 169 metas e elaborar um pequeno texto com as metas identificadas com a escola de Educação Básica, a EA e o cotidiano.

Na última oficina do curso, intitulada “Trabalhando a Educação Ambiental na Prática Docente”, foram apresentadas às professoras ferramentas, instrumentos e metodologias para se trabalhar com a EA na perspectiva crítica na escola. Foi solicitado às cursistas, após leitura do material disponibilizado, esse contendo as técnicas, as ferramentas e os métodos, que escolhessem uma das possibilidades apresentadas e propusessem uma atividade para ser realizada na escola com as(os) discentes. Entre as atividades sugeridas, as que tiveram mais engajamento foram “A caminhada fotográfica”, que sugere que as(os) discentes, mediados pelo docente, façam registros com os celulares das questões ambientais locais, por exemplo, e a “Pesquisa-oral”, voltada para o resgate da memória e valorização das pessoas que estão há mais tempo na escola e no seu entorno.

Além do que já foi mencionado, o curso contou com espaços de troca e socialização das experiências das cursistas, por meio de fóruns de discussão e atividades colaborativas, permitindo uma reflexão conjunta sobre os desafios e potencialidades da EA na escola.

A avaliação do curso foi realizada por meio de questionários aplicados antes e depois das oficinas, buscando mensurar a percepção das professoras quanto à aplicabilidade dos conceitos abordados e ao impacto na sua prática docente.

Por fim, deve ser mencionado que as oficinas foram elaboradas com base nos PCNs (1997), que destacam a EA como tema transversal, e na BNCC (2017), que apresenta competências gerais alinhadas ao desenvolvimento de análise crítica, protagonismo, consciência socioambiental e práticas sustentáveis.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados refletem as percepções das professoras antes e após o curso de formação continuada “Educa-Ação Ambiental”, realizado ao longo de um mês. O questionário inicial revelou que todas as participantes atuavam na Educação Básica, com 44,4% lecionando no Ensino Médio, 44,4% nos Ensinos Fundamental e Médio, e 11,1% apenas no Ensino Fundamental. Todas reconheceram a importância da Educação Ambiental (EA) para a formação crítica e cidadã dos estudantes.

A análise das respostas fornecidas acerca das concepções iniciais das professoras sobre Educação Ambiental fez emergir três categorias: “conservação ou preservação”; “psicologia”; e “emancipação”. A categoria “conservação/emancipação” surge pelo fato de as participantes associaram a EA à preservação ambiental, alinhando suas visões aos documentos curriculares, como os PCNs (1997) e a BNCC (2017), que destacam a sustentabilidade como eixo central (Medeiros *et al.*, 2011). Já a categoria “psicologia” surge do fato de as respostas mencionarem a necessidade de sensibilização para as questões ambientais, além de também ser apontada a necessidade de abordagens políticas e coletivas para efetivar mudanças, o que encontra respaldo nos trabalhos de Layrargues (2004, 2012). Por fim, a categoria “emancipação” está presente, pois algumas respostas ressaltaram a EA como um processo que promove a autonomia crítica dos sujeitos, permitindo-lhes questionar paradigmas impostos, conforme ressaltam Loureiro (2004) e Freire, Figueiredo e Guimarães (2016).

Essas categorias evidenciam perspectivas diversificadas sobre o papel da EA, variando entre ações práticas, sensibilização e emancipação social. Comparando os resultados iniciais e finais, observou-se uma evolução na compreensão sobre EA, refletindo a relevância do curso.

Quando perguntadas a respeito de como contextualizavam a EA no cotidiano escolar, as respostas fornecidas permitiram a identificação de quatro categorias: “realidade socioambiental”; “disciplina curricular”; “microsocial macrossocial”; e “interdisciplinaridade”. A categoria “realidade socioambiental” surgiu das respostas que destacaram a importância de conectar as práticas pedagógicas ao contexto local dos estudantes, promovendo senso de pertencimento e transformação socioambiental, o que está de acordo com os pressupostos de Freire, Figueiredo e Guimarães (2016). A categoria “disciplina curricular” foi estabelecida pelo fato de a maioria das participantes associarem a EA com disciplinas específicas, como Ciências, Biologia e Geografia, refletindo uma visão ainda fragmentada do currículo, o que é discutido por Felizardo, Filomeno e Lage (2021). A categoria “micro macrossocial” foi trazida já que algumas respostas indicaram esforços para relacionar questões locais e globais, como mudanças climáticas, promovendo reflexão crítica e ética, em consonância com a BNCC (2017). Por fim, os pesquisadores perceberam que a categoria “interdisciplinaridade” também era pertinente, pois algumas respostas destacaram a integração de áreas do conhecimento e que a EA permitia práticas pedagógicas mais conectadas e significativas. Essa percepção encontra respaldo no trabalho de Martins, Soldá e Pereira (2017).

A pergunta sobre as compreensões das professoras cursistas sobre a interdisciplinaridade forneceu respostas das quais emergiram as categorias “transversalidade” e “não integração”. A “transversalidade” se justifica pelo fato de a maioria compreender a interdisciplinaridade como uma prática integradora, capaz de

conectar diferentes áreas do conhecimento e promover experiências de ensino mais amplas e relevantes (Shellard, 2017). Já a categoria “não integração” advém de uma resposta que menciona as dificuldades em aplicar o conceito, sugerindo limitações relacionadas à carga horária e à organização do trabalho docente.

A compreensão da maioria é a de que a interdisciplinaridade é uma prática fundamental para superar currículos fragmentados e promover a articulação de saberes na EA.

O questionário final, elaborado e aplicado para avaliar as percepções e práticas das professoras após a conclusão do curso, forneceu respostas que indicaram contribuições do curso Educa-Ação Ambiental para as cursistas.

Sobre a importância de discutir questões ambientais sob uma perspectiva crítica, 100% das participantes mantiveram suas respostas afirmativas, reiterando a relevância de um processo crítico-reflexivo quando se trabalha com a Educação Ambiental (EA). De forma semelhante, todas concordaram com o papel transformador da EA na construção da cidadania discente. Além disso, todas indicaram intenção de inserir os conceitos e as ferramentas apresentados nas oficinas em suas práticas pedagógicas, destacando a aplicabilidade das metodologias trabalhadas.

A análise das respostas fornecidas pelas professoras sobre a contextualização da EA após terem participado das oficinas revelou as categorias denominadas “realidade socioambiental”, “interdisciplinaridade” e “sensibilização”. A “realidade socioambiental”, presente em 55,5% das respostas, surge pelo fato de as professoras terem conectado as práticas pedagógicas envolvendo EAC ao cotidiano local dos estudantes, sendo capaz de promover o senso de pertencimento e de transformação socioambiental. Essas respostas encontram respaldo no trabalho de Freire, Figueiredo e Guimarães (2016). A “interdisciplinaridade” está presente em 33,3% das respostas, pois foi observado o reconhecimento da transversalidade da EA e a sua integração às diversas disciplinas para ampliar o entendimento crítico dos alunos, conforme preconizam Martins, Soldá e Pereira (2017). Já a categoria “sensibilização”, identificada em 11,11% das respostas, aparece quando, nas respostas, a EA é mencionada como parte do processo pedagógico, mas considerada insuficiente sem ações estruturais que abordem as relações sociais e econômicas que impactam o meio ambiente. Essa percepção está de acordo com Layrargues (2004; 2012).

Ao responderem sobre as metodologias propostas e o material didático desenvolvido para o curso, as participantes destacaram a aplicabilidade do que foi abordado, destacando a caminhada fotográfica e a pesquisa-oral com a comunidade escolar, que traz memórias locais. Mencionam que tais atividades facilitam a integração da EA às práticas escolares. A título de ilustração, uma das respostas menciona “a caminhada fotográfica explora a febre da atualidade, mas com uma finalidade pedagógica” (A1).

Sobre o material didático, todas avaliaram positivamente sua clareza, praticidade e organização. Comentários como “bem

elaborado e facilitador da aprendizagem” (A2) e “tema atual e necessário” (A3) ressaltaram a acessibilidade e relevância do conteúdo.

Os resultados indicam que o curso contribuiu significativamente para o aprofundamento teórico e prático das participantes em EA. A integração de conceitos críticos, metodologias práticas e recursos didáticos reforçou a capacidade das professoras de contextualizar a EA, promover a interdisciplinaridade e engajar os estudantes em ações socioambientais transformadoras. Sugere-se que futuras edições do curso explorem novas abordagens e contemplem desafios institucionais enfrentados pelas professoras na implementação das práticas pedagógicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática pedagógica do docente deve ser guiada pela coerência, interdisciplinaridade e intervenções educativas que ultrapassem os limites escolares, impactando positivamente a sociedade. A Educação Ambiental Crítica (EAC), como abordagem político-pedagógica, vai além de um conceito teórico, assumindo um papel de resistência frente às barreiras econômicas, sociais e culturais. Essa abordagem não apenas incorpora a conservação ambiental como um pilar essencial, mas também promove a superação de paradigmas tradicionais, fomentando práticas emancipatórias e dialógicas entre docentes, discentes e demais atores sociais.

No contexto desta pesquisa, buscou-se responder à pergunta: em que medida um curso de formação continuada em Educação Ambiental Crítica (EAC) pode influenciar as práticas pedagógicas e compreensões teóricas de docentes da Educação Básica? Para isso, o objetivo foi avaliar as contribuições do curso “Educa-Ação Ambiental” para a ressignificação das práticas e teorias docentes. A partir dos resultados obtidos, constatou-se que o curso alcançou o objetivo proposto. As oficinas promoveram reflexões significativas entre as professoras participantes, que demonstraram avanços tanto na compreensão teórica quanto na aplicabilidade prática da EAC. Esse impacto foi evidenciado nos discursos das cursistas, como o de A2, que enfatizou a importância de trabalhar coletivamente para transformar o entendimento dos discentes sobre questões socioambientais.

Os resultados apontam que as professoras cursistas incorporarão novas abordagens didáticas, explorando metodologias participativas e contextualizadas, como a “caminhada fotográfica” e a “pesquisa-oral”, que foram destacadas como práticas viáveis e enriquecedoras para o ensino de EA. A aplicabilidade dessas metodologias demonstra a relevância do curso para o desenvolvimento de práticas mais engajadas, ampliando a conexão entre a escola e a comunidade.

A formação inicial docente, muitas vezes limitada em sua abrangência temática, não contempla integralmente as demandas do ensino contemporâneo, especialmente no que tange à EA. Nesse sentido, a formação continuada se mostra

indispensável para que professores possam revisar suas práticas, alinhar-se às demandas escolares e superar paradigmas desatualizados. Cursos como o “Educa-Ação Ambiental” criam espaços de encontro e troca, promovendo soluções coletivas para desafios contextuais e reforçando a conexão entre práticas pedagógicas e a realidade socioambiental.

Apesar dos avanços observados, as professoras relataram desafios na implementação da EAC em suas práticas diárias, como a falta de tempo para planejamento, pouco apoio institucional e a necessidade de sensibilizar outros docentes para a abordagem crítica da EA. Assim, em futuras edições do curso deverão ser abordadas estratégias para superar esses desafios, além de incentivar parcerias com instituições de ensino e organizações ambientais para fortalecer o suporte docente.

Por fim, a pesquisa reafirma a necessidade de uma Educação Ambiental Crítica que inclua discussões sociais, políticas e ambientais em uma escala ampla, fomentando debates transformadores. A construção de uma sustentabilidade cotidiana só será possível quando docentes e discentes, em conjunto, apropriarem-se de ferramentas reflexivas e práticas que ampliem sua atuação na escola e na sociedade, contribuindo para mudanças significativas e duradouras.

Conclui-se, portanto, que o curso “Educa-Ação Ambiental” desempenhou um papel relevante na qualificação docente, proporcionando um espaço de reflexão e ação que reforça a EA como um campo estratégico para a formação cidadã e socioambiental dos estudantes.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 02 set. 1981. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm) Acesso em: 10 jan. 2025.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 jan. 2025.
- BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm). Acesso em: 10 jan. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2025.
- FELIZARDO, C. T.; FILOMENO, C. E. S.; LAGE, D. A. Educação Ambiental Crítica no espaço escolar: percepções e práticas docentes. **Revista Ciências & Ideias**, Rio de Janeiro, v. 12, n.4, p. 40-57, 2021.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 69. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- FREIRE, L; FIGUEIREDO, J.; GUIMARÃES, M. O papel dos professores/educadores ambientais e seus espaços de formação. Qual é a educação ambiental que nos emancipa?. **Pesquisa em Educação Ambiental** v. 11, n. 2, p. 117-125, 2016.
- LAYRARGUES, P. P. Apresentação: (Re)Conhecendo a educação ambiental brasileira. In: LAYRARGUES, Philippe P. (Org.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. 1ª ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004, p. 7-9.
- LAYRARGUES, P. P. **Para onde vai a Educação Ambiental? O cenário político-ideológico da Educação Ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica**. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 7, n. 14, p. 388-411, 2012.
- LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental Transformadora. In: LAYRARGUES, Philippe P. (Org.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. 1ª ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004, p. 65-84.
- LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e teorias críticas. In: GUIMARÃES, M. (Org.). **Caminhos da educação ambiental: da forma à ação**. Campinas: Papirus, 2006.
- LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: CASTRO, R. S.; LAYRARGUES, P. P.; LOUREIRO, C. F.B. (orgs). **Educação Ambiental – repensando o espaço da cidadania**, 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 73-103.
- MARTINS, F. J.; SOLDÁ, M.; PEREIRA, N. F. F. Interdisciplinaridade: da totalidade à prática pedagógica. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 14, n. 1, p. 1-18, 2017.
- MEDEIROS, A. B.; SILVA, M. J.; MENDONÇA, L.; SOUSA, G. L.; OLIVEIRA, I. P. A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. **Revista Faculdade Montes Belos**, v. 4, n. 1, p. 1-17, 2011.
- PAVIANI, N. M. S; FONTANA, N. M. Oficinas pedagógicas: relato de uma experiência. **Conjectura: filosofia e educação**, v. 14, n. 2, 2009.
- SHELLARD, D. História, Meio Ambiente e Interdisciplinaridade. **História Revista**, v. 22, n. 2, p. 23-44, 2017.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- WOLLMANN, E. M.; LIMA, A. P. S. D.; ROSSI, D. S.; SOARES, F. A. A. A formação de professores para a inserção da prática ambiental: um relato de experiência. **ETD – Educação Temática Digital**, v. 16, n. 3, p. 532-550, 2014.